

**Sr. Subsecretário-Adjunto,**

Cuida o presente do procedimento de contratação direta, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, do grupo EL MIRACULOSO QUARTETO SAMBA JAZZ, por meio da empresa **GABRIEL DIAS ERICSSON 3548175796**, para realização de 01 Pocket Show de 2 (duas) horas, no dia 21/08/2024, das 12h às 14h, nas dependências deste Tribunal de Contas, sob coordenação da Diretoria-Geral de Relações Institucionais e Comunicação (DRC), conforme SIE DRC0158/2024 (peça eletrônica n. 15).

Após a análise da pretensa contratação pela **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, peças eletrônicas n.s 2 e 25, os autos foram encaminhados à **Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG)**, que procedeu ao bloqueio orçamentário no valor de **R\$3.800,00 (três mil e oitocentos reais)**, em 30/04/2024, conforme Nota de Reserva 2023NR00050, acostada aos autos (peça eletrônica n. 26)

Por conseguinte, o administrativo foi encaminhado à d. **Procuradoria-Geral deste Tribunal (PGT)**, que em 07/05/2024, nos termos do § 4º do art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021, emitiu parecer favorável à contratação direta (peça eletrônica n. 29), no seguinte teor:

“A presente hipótese enquadra-se no inciso II art. 74 da Lei nº 14133/2021, por se tratar de contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada, diretamente ou por empresário exclusivo, como se infere do documento constante da peça nº 11, estando justificado o preço (peça nº 9).

Por todo o exposto, e uma vez feita a análise prévia a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14133/2021, verificado o preenchimento dos requisitos pertinentes a que se refere o art. 72 do mesmo diploma legal, **nada oponho à contratação direta em questão, restando aprovada a minuta constante na peça nº 10 (Proposta-Detalhe nº 35/2024) e demais anexos.**” – grifo nosso

Na mesma toada, também se vê consignado nos autos (peça eletrônica n. 30) a aquiescência da análise jurídica realizada, *in verbis*:

**“Estou de acordo com o parecer do i. Procurador Dr. Eduardo Azeredo Rodrigues**, que conclui pela regularidade da contratação direta, nos termos do art. 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021.” – grifo nosso

Isto posto, considerando o informado pela **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)** na peça eletrônica n. 25, da aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da **PGT**, **opina-se** pela autorização da contratação direta, nos termos do inciso II do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021 com o consequente envio à **CPG** para emissão de empenho em favor da empresa **GABRIEL DIAS ERICSSON 3548175796**, CNPJ n. 47.571.009/0001-16, no valor de **R\$3.800,00 (três mil e oitocentos reais)**, à conta do exercício financeiro de 2024, com o posterior envio à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para ciência e demais providências cabíveis.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

Eduardo dos Santos  
Assistente  
Matr.: 02/004829/0-6

**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),**

Manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela assessoria desta SUBLIC, e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria-Geral do Tribunal (PGT), peças eletrônicas n.s 29 e 30, **AUTORIZO**, ex vi do inciso VIII do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021, do Ato Executivo n. 25.541, de 04/03/2023 c/c alínea d do inciso V do art. 11 do Ato Normativo n. 247, de 14/11/2023, a contratação direta pretendida com fundamento no inciso II do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021 e a consequente emissão de empenho, em favor da empresa abaixo mencionada:

<b>Favorecido</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Valor R\$</b>
GABRIEL DIAS ERICSSON 3548175796	47.571.009/0001-16	3.800,00

Posteriormente, solicitamos o encaminhamento do processo à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para as demais providências, em especial quanto à:

- i) Verificação das exigências legais no momento em que for efetuada a contratação; e
- ii) Publicidade da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, da emissão da referida nota de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA  
Subsecretário-Adjunto  
Matr.: 02/4265/0-6